

BALANÇO



2011



NOVAS DIRETRIZES PARA CRESCER

Diante da importância do Gás LP na composição da matriz energética brasileira e da crescente perspectiva de aumento da sua participação, o Sindigás, a partir de deliberações do Conselho Administrativo, procedeu à revisão dos conceitos de Missão e Visão da entidade.

Os novos – e auspiciosos – tempos, resultantes de um longo, árduo e exitoso processo evolutivo, vêm redesenhando o mapa da energia no Brasil, em que o Gás LP passa a ocupar papel primordial para o de-

envolvimento econômico e social do país. Não se pode pensar em crescimento sustentável sem uma sólida base energética. E não é possível construí-la sem o Gás LP.

O contexto atual vem ainda autenticar o Sindigás como uma das principais ferramentas de suas associadas, para propagar toda a proposta de valor ao longo da extensa cadeia do Gás LP, com voz ativa no setor de energia.

→ MISSÃO

Coordenar esforços para posicionar o Gás LP como combustível confiável, sustentável e conveniente para a sociedade, aumentando sua relevância na matriz energética através do desenvolvimento contínuo de novas tecnologias e aplicações, tornando-o cada vez mais atrativo aos diversos públicos de interesse.

→ VISÃO (para 2020)

Ser reconhecida como entidade de referência no setor de energia.



ENERGIA EXCEPCIONAL PARA O PLANETA

A marca global Exceptional Energy foi criada pela Associação Mundial de Gás LP (WLPGA) – que representa todos os segmentos dessa indústria –, com a finalidade de amplificar a difusão em torno das versáteis aplicações do produto e de sua pronta disponibilidade em qualquer ponto do planeta. Fruto desse empenho, o site <http://br.exceptionalenergy.com> oferece informações relevantes a respeito do Gás LP.

O objetivo é que seus extraordinários atributos, complementados por benefícios facilmente de-

monstráveis ao meio ambiente, estejam familiarizados em toda a cadeia – formuladores de políticas públicas, indústrias e consumidores. Só assim poderão ser tomadas decisões conscientes e responsáveis acerca dos tipos mais adequados de energéticos em relação aos diferentes usos. Segundo o site, o Gás LP, uma fonte excepcional, inovadora e com baixa emissão de carbono, desempenha o papel principal na transição para um modelo econômico sustentável e competitivo.



UM ANO DE ESFORÇOS E CONQUISTAS

O ano de 2011 se encerra com o cumprimento bem-sucedido de uma ampla e movimentada agenda para o Sindigás e suas empresas associadas. Foram numerosas atividades de apoio ao desenvolvimento do setor, que busca ampliar sua importante participação na matriz energética brasileira e contribuir ainda mais para o crescimento sustentável do Brasil. Para o novo Brasil que queremos, está claro que o Gás LP pode ser mais do que uma fonte de energia, configura-se como um manancial de riquezas e progresso para todas as regiões do país. Em situações de crise, como as enchentes da Região Serrana do Rio de Janeiro, por exemplo, o Gás LP esteve presente de forma abundante em locais onde outros combustíveis tiveram seu fornecimento interrompido ou não conseguiram chegar.

Todos os esforços empreendidos pelo setor este ano – e foram muitos – tiveram como objetivo aperfeiçoar o trabalho de cada elo da cadeia. Em uma breve retrospectiva, podemos citar os encontros Brasil afora para integrar, trocar experiências, planejar ações, treinar e qualificar pessoas. As parcerias público-privadas, marcantes em 2011, reforçaram a qualidade e a segurança dos serviços prestados, aproximaram ainda mais o setor das comunidades, com

o fortalecimento da confiança do consumidor e a promoção de verdadeiros momentos de diálogo e cidadania. Somem-se a isso pesquisas da USP para identificar janelas de oportunidade para o Gás LP e sondagens para aferir o resultado do Programa Gás Legal e estabelecer novas metas.

Individualmente, as empresas se concentraram em ações de manutenção de embalagens, investimentos em tecnologia, treinamento, planejamento e gestão. Vale destacar ainda o aperfeiçoamento de seus sistemas logísticos para garantir o bom funcionamento do sistema de abastecimento do mercado residencial e impulsionar o crescimento de diferentes segmentos da economia, do comércio a indústria, passando pelo agronegócio e por empresas de diferentes portes e atividades, como fábricas, escolas, hospitais.

Para 2012, há muito mais por fazer. As possibilidades de expansão do uso do Gás LP são inúmeras. Mesmo no segmento residencial, onde o Gás LP tem presença esmagadora com abastecimento de 95% dos domicílios nacionais, o combustível pode expandir seu uso para aquecer a água do banho e conquistar o espaço ainda infelizmente ocupado pela lenha, cuja queima gera doenças, devastação e poluição



SERGIO BANDEIRA DE MELLO
PRESIDENTE DO SINDIGÁS

ambiental. Nos prédios comerciais, o energético é uma opção limpa, eficiente e de baixo custo, complementar à energia elétrica. É também uma opção segura, de custo competitivo e, principalmente, com oferta abundante para a indústria e o comércio.

São muitos os desafios para esse novo Brasil que quer e precisa crescer. Energia limpa e abundante é essencial e o Gás LP é, seguramente, o combustível para o futuro sustentável e promissor do país. Saúdo todos aqueles que, com a força do seu trabalho, vêm envidando esforços em prol do aprimoramento de nossas atividades. Unidos e passo a passo, superaremos os percalços interpostos no caminho irrefreável dos avanços que agigantam este valioso setor. Em 2012, aliados aos nossos parceiros dos setores público e privado, esperamos colher mais frutos dessa empreitada e desbravar novas trilhas rumo ao sucesso.



UNIÃO DE FORÇAS NO COMBATE AO COMÉRCIO INFORMAL

Ao longo de 2011, o Programa Gás Legal – lançado em setembro do ano anterior –, uma das maiores ações de combate à informalidade no Brasil, continuou em sua bem-sucedida trajetória. Os números indicam uma espetacular redução, de 59%, do comércio ilegal no setor, o qual havia proliferado acentuadamente nos últimos anos, gerando a chamada “seleção adversa”, em que a revenda estabelecida e séria, ao invés de prosperar, sofre os prejuízos impostos pela concorrência do revendedor informal.

As afrontas às normas em vigor e o conformismo em relação à irregularidade na venda de botijões, tolerada por todas as pontas do mercado, levaram a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-

combustíveis (ANP), em parceria com agentes de distribuição e revenda, a buscar meios para reduzir a oferta do produto em redutos informais. Várias ações obtiveram êxito, culminando com a decisão da ANP de formar, com base em um estruturado Regimento Interno, os comitês nacional e regionais de combate ao comércio irregular de Gás LP. A primeira unidade do Programa foi implantada em Recife, sede do Comitê Regional Nordeste I, o primeiro de um total de sete, hoje oito, em todas as regiões do país.

Durante a inauguração da nova sede do escritório regional na cidade de São Paulo, em 21 de novembro último, Alcides Araújo dos Santos, coordenador geral da ANP para o Estado de São Paulo, declarou

NÚMEROS DO PROGRAMA GÁS LEGAL

- Mais de 3.500 pontos fiscalizados
- Cerca de 1.000 autuações lavradas
- Cerca de 500 interdições
- 65 estabelecimentos fomentadores da clandestinidade interditados
- Cerca de 10 mil novos revendedores autorizados
- 40 reuniões pelo Brasil
- Mais de 50 palestras para autoridades, distribuidores e revendedores
- 700 mil cartilhas encartadas nos jornais cariocas
- Mais de 150 notícias (mídias impressa, online e eletrônica)
- 4.567 reclamações ou denúncias sobre clandestinidade
- 12.951 pedidos de informações ou sugestões

Dados obtidos a partir de pesquisas de campo realizadas por institutos independentes, sobre a base de dados do banco de denúncias criado e disponibilizado para mais de 120 autoridades públicas.



“O Sindigás, parceiro estratégico da ANP, tem nos ajudado bastante. Se avançamos tanto nessa luta, devemos ao suporte do Sindigás e dos sindicatos nos estados”

Allan Kardec Duailibi



que o Programa Gás Legal, em 12 meses, além da expressiva queda na informalidade, contabilizou muitas parcerias tanto com a revenda quanto com o Ministério Público e o Corpo de Bombeiros, mais o engajamento de várias prefeituras. Para o novo exercício, ele adianta: “O Programa seguirá a plena força em 2012, costurando alianças Brasil afora. Implantaremos a versão da ANP Itinerante para o Gás LP, na qual pretendemos oferecer cursos aos consumidores e atrair os demais órgãos de fiscalização. A meta dispõe tolerância zero para a pirataria. Sob essa perspectiva, o Sindigás, parceiro estratégico da ANP, tem nos ajudado bastante, com sua valiosa e ativa presença em todas as reuniões. Se avançamos tanto nessa luta, devemos ao suporte do Sindigás e dos sindicatos nos estados”.

Allan Kardec Duailibi, diretor da Agência, também se pronunciou na inauguração do novo escritório, destinado a atender à expansão significativa das demandas na capital paulista. “Desde sua criação, quando a clandestinidade na comercialização do Gás LP exibiu índices alarmantes, a curva evolutiva do Programa impressiona a todos. Aquele cenário nos preocupava em demasia. Atingimos patamares notáveis nessa marcha. Se intencionamos consolidá-la, o mercado precisa se aprimorar, estruturalmente, incrementando ações locais para informação e conscientização geral. O desafio agora é sensibilizar ainda mais a população, sem a qual não há regulação”, pontuou.

A irregularidade pode ser atacada por diversas frentes, via autoridades como prefeituras, Procons municipais e estaduais, Corpo de Bombeiros, Polícias Civil e Militar, Defesa Civil, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e outras.

Informações:

<http://www.programagaslegal.com.br>

QUEM É QUEM NO PROGRAMA GÁS LEGAL

COORDENAÇÃO NACIONAL

→ **Aurelio Amaral (ANP)**
outubro de 2011 até a presente data

→ **Oiama Guerra (ANP)**
setembro de 2010 a outubro de 2011

SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL

→ **Giovanni Buzzo (FENG)**
junho de 2011 até a presente data

→ **Sergio Bandeira de Mello (Sindigás)**
janeiro a junho de 2011

→ **Raimundo Rezende (Sincégás)**
outubro de 2010 a janeiro de 2011



BALANÇO 2011



DISTRIBUIÇÃO E REVENDA EM SINTONIA FINA

O 2º Encontro Nacional de Gás LP (Enagás 2011), realizado de 17 a 19 de agosto, no Royal Tullip Brasília Alvorada, contabilizou a presença de um público expressivo e qualificado de cerca de 400 pessoas, entre distribuidores, revendedores, fornecedores, autoridades e empregados de toda a cadeia do setor. O evento também foi prestigiado por representantes do Ministério de Minas e Energia, da Petrobras e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo o presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, “há oportunidades de negócio no segmento residencial, com o aquecimento da água para banho e com a substituição da lenha, especialmente nas regiões Sul, Norte e Nordeste. No setor comercial, o Gás LP é mais competitivo nas pequenas e médias indústrias, onde é mais barato que o GN”. E acrescentou: “O setor prevê um salto em sua participação na matriz energética brasileira de 3,4% a mais de 4,5% em torno de 2020. De acordo com a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Ener-

A terceira edição do Enagás acontecerá de 8 a 10 de agosto, no Rio de Janeiro

gia (MME), seremos autossuficientes já em 2015. Essas perspectivas e o combate à informalidade nos levam a discutir os modelos de gestão do negócio e o Enagás se presta perfeitamente para isso.”

Fernando Bandeira, presidente do Sindicato dos Revendedores de Gás LP de Santa Catarina, que participou como debatedor, enfatizou: “Abordamos as ações executadas em auxílio ao recadastramento de postos irregulares e às denúncias de pontos clandestinos. Tanto o Programa quanto o Enagás representam um marco para uma mudança significativa da comercialização do Gás LP. Nosso segmento não dispunha de um fórum qualificado e, agora, as próprias empresas começam a se mobilizar para promover suas convenções. É uma iniciativa ímpar.”

PROGRAMAÇÃO DINÂMICA

O 2º Enagás teve como tema “Foco na qualidade do serviço”. Entre os assuntos abordados destacam-se as novas tecnologias de pagamento para melhorar o atendimento ao consumidor, a excelência em serviço por meio de uma logística eficiente e a importância do treinamento como diferencial competitivo das revendas para fidelizar seus clientes. Para aumentar a satisfação do consumidor e atender suas expectativas, antecipando-se as suas demandas é preciso planejamento e gestão. O assunto serviu de pano de fundo para uma apresentação, que mostrou como essas duas vertentes são essenciais para o sucesso de um negócio.

Outro destaque da programação foi a palestra com o ex-comandante do BOPE, Rodrigo Pimentel, intitulada “Construindo uma tropa de elite”. Ele mostrou como é importante manter uma equipe motivada para buscar os resultados desejados. O *talk show* sobre os desafios dos líderes para melhorar a qualidade do serviço ao consumidor final foi outro momento diferenciado do programa do evento, que teve duração de três dias.



GÁS LP: O ENERGÉTICO DA EDIFICAÇÃO EFICIENTE

A busca por edificações sustentáveis ganhou impulso em 2011 com a criação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), instituída pelo Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica). A iniciativa da Eletrobras – em conjunto com os ministérios de Minas e Energia e das Cidades –, indica o nível de desempenho energético em construções comerciais, de serviços e públicas e cria cinco etiquetas de classificação, que variam de A (o coeficiente máximo de eficiência energética) a E. Edificações com sistemas movidos a gases combustíveis saem na frente para conquistar a classificação A. O desafio agora é expandir a etiquetagem para hotéis e hospitais.

Para respaldar a contribuição do Gás LP no alcance da eficiência energética nas edificações, o Sindigás encomendou à USP uma pesquisa que se divide em duas partes: Comparativo entre Alternativas Energéticas em Usos Finais - Análise dos custos de infraestrutura e operação de alternativas energéticas (eletricidade x Gás LP) para aquecimento de água para banho em edifícios residenciais; e Edificação Eficiente e a Contribuição dos Gases Combustíveis - Análise do cenário regulatório associado ao Regulamento Técnico de Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Co-



merciais, de Serviços e Públicos. O trabalho foi elaborado pela equipe composta por Alberto J. Fossa, Arthur Cursino dos Santos, Edmilson Moutinho dos Santos, J. Jorge Chaguri Jr e Murilo T. Werneck Fagá.

A pesquisa concluiu que o custo das instalações de Gás LP para aquecimento de água é mais baixo em empreendimentos novos do que a infraestrutura de sistemas de energia elétrica. Tais vantagens comparativas – que embasam a missão do Sindigás para posicionar o produto como combustível confiável, sustentável e conveniente a diferentes usos – estão demonstradas nos estudos. “Esta informação surpreendeu a todos, pois estávamos acostumados a provar que o custo do energético era mais baixo, mas não dispúnhamos de informações confiáveis de que a instalação também sai mais barata” afirmou Adriano Horta, gerente de Engenharia do Sindigás. Não é demais ressaltar que a extensão do já existente ponto de gás do fogão ao aquecedor de passagem representa um custo marginal na construção.

De acordo com o primeiro módulo do trabalho, a





partir do conhecimento das distintas composições de preços das duas fontes, pode-se estabelecer uma comparação quanto aos valores de operação dos respectivos sistemas, para diferentes potências instaladas. Com base numa tipologia mais comumente encontrada no setor residencial do Brasil, com 64 apartamentos e quatro unidades de dois dormitórios por andar, procedeu-se a um cotejamento, em relação à água de banho, entre o chuveiro elétrico e o aquecedor de passagem a Gás LP. Este demonstrou ser muito mais vantajoso, tanto no tocante aos custos de operação e consumo, quanto aos de construção da infraestrutura predial para ambos os casos, garantem especialistas e membros da Comissão de Desenvolvimento de Novos Usos do Gás LP do Sindigás nas discussões sobre o Procel.

Assim como já nos habituamos a checar a eficiência energética de um eletrodoméstico na hora da compra, esse fator também começa a ser avaliado na aquisição de apartamentos, casas e espaços comerciais. “Com a regulamentação, o consumidor, ao pesquisar as qualidades de um imóvel, poderá levar em consideração o grau de consumo de energia em sua decisão. A etiqueta beneficiará, igualmente, o construtor, que agregará

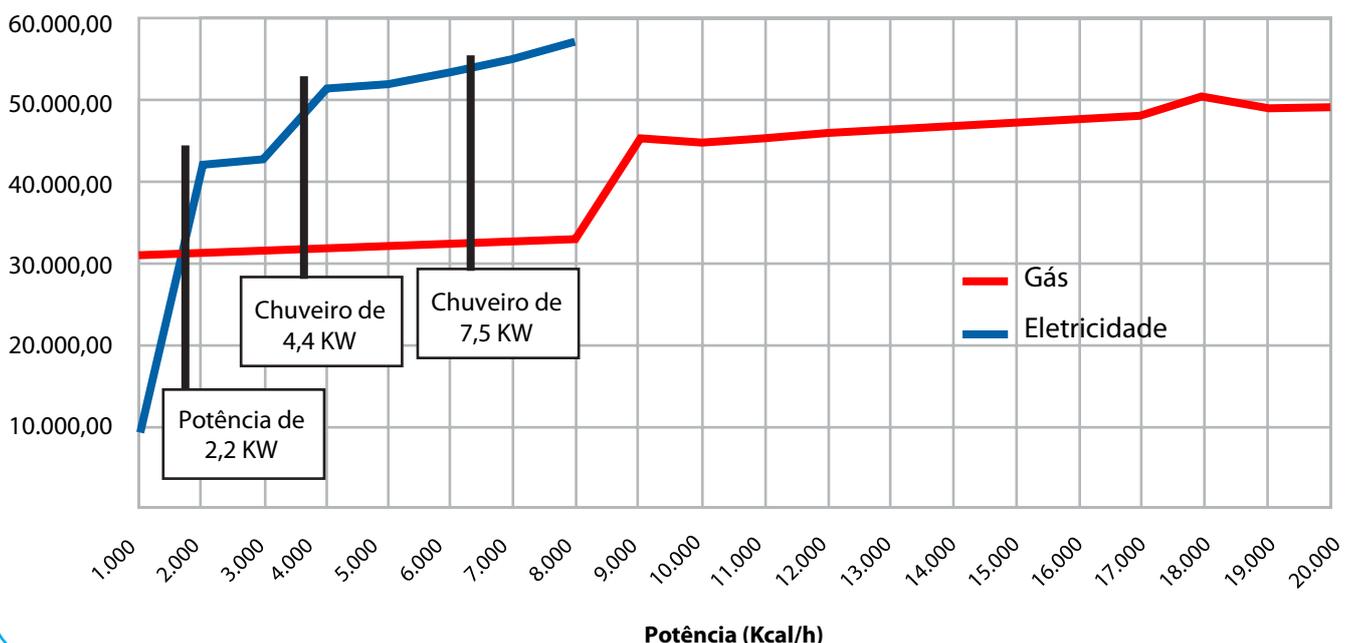
valor a seu empreendimento e terá acesso facilitado a financiamentos públicos e privados”, elucida o diretor de Desenvolvimento de Novos Usos do Gás LP, no Sindigás, e gerente de Desenvolvimento da Ultragas, Aurélio Ferreira.

Aquecimento de Água



Durante os debates para estabelecer os parâmetros de uma edificação com eficiência energética, o Gás LP ganhou destaque como alternativa aos processos convencionais. Seu emprego no aquecimento de água e na refrigeração de ambiente é, agora, considerado essencial para um edifício receber o nível “A”, que atesta o melhor desempenho. O documento final do Procel Edifica realça que o consumo do produto pode ser bastante expressivo no caso de hotéis, hospitais, shopping centers, entre outros.

Comparativo dos custos de Infraestrutura





→ CENÁRIO REGULATÓRIO

A segunda parte do estudo da USP foi desenvolvida em parceria com a indústria de gases combustíveis e a Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência de Instalações (Abrinstal). Pelo pressuposto de que não existe um conceito universal de eficiência energética, sustenta-se, então, que as metodologias utilizadas no Brasil para conceituação e categorização, sob este aspecto, de Edificações Eficientes merecem ser revisitadas pelos formuladores das políticas regulatórias. Sob a perspectiva de que se deve buscar, antes de tudo, uma abrangência maior dos conceitos, o trabalho aborda três dimensões importantes: conceituação da eficiência a partir da transformação da energia “final” em “útil”; consideração da “energia primária” nos cálculos de eficiência; e ampliação do papel dos gases combustíveis no conceito de eficiência energética.

Primeiramente, devemos ter em vista que os prédios comerciais e residenciais ocupam nada menos que 30% do consumo total da matriz energética do planeta. Por isso, diversos países estão trabalhando em regulamentos técnicos para conceituação e classificação da eficiência. Em quase todos os examinados na pesquisa (entre eles, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, China, Índia, Japão, Argentina e Chile), observa-se que as normas estabelecidas para essas definições mantêm sintonia com a evolução da matriz energética nas edificações. Essas matrizes reservam funções preponderantes aos gases combustíveis, levando em conta as vantagens – já percebidas em âmbito internacional – proporcionadas por esses energéticos quando consideramos as etapas de geração, transporte e consumo.

Na grande maioria dos países investigados, os gases entram em pelo menos um critério de avaliação – normalmente, em sistemas de aquecimento de água –, mas aparecem com certa frequência também no quesito climatização de ambientes. As metodologias internacionais priorizam a escala global para aferição da eficiência, ponderando-se a cadeia de suprimento e de transformação a partir da energia primária. Essa



Os prédios comerciais e residenciais ocupam nada menos que 30% do consumo total da matriz energética do planeta

abordagem evidencia as qualidades ambientais e energéticas dos gases combustíveis.

No Brasil, ainda vigora o Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos. O instrumento delega à eletricidade um lugar central no modelo brasileiro, limitando, porém, o papel dos gases combustíveis, considerados apenas marginalmente.

A estrutura regulatória para a Etiquetagem de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas – que se tornará obrigatória num prazo de cinco anos – é um avanço ao atual Regulamento Técnico. E já está em estudo uma regulação aplicável para o segmento residencial. Neste sentido, o trabalho da USP sugere a necessidade de revisão e amplificação da norma, de maneira a incentivar o uso dos gases em substituição à eletrotermia, que deve ter seu aproveitamento racionalizado.



BALANÇO 2011

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO REFORÇA ATRIBUTOS DO GÁS LP



**Gás LP.
A energia de todo o Brasil.**

O gás liquefeito para todos os brasileiros.

Presente no dia a dia dos brasileiros, o Gás LP* é uma fonte versátil de energia que impulsiona o crescimento e o bem-estar de todo o País. Confira as vantagens que o Gás LP traz para empresas, indústrias, agronegócios, restaurantes, comércios e, principalmente, a sua casa:

- Presença em 100% dos municípios brasileiros.
- Até 70% mais econômico que o gás natural.**
- Até 25% mais econômico que o chuveiro elétrico.**
- Energia limpa.
- Energia versátil: soluções sob medida.

Confira nossos associados e saiba mais
www.sindigas.org.br
sindigás
Gás LP
energia brasileira

* Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. ** Verifique as comparações econômicas no site do Sindigás.



Gás LP. O gás liquefeito para todos os brasileiros.

Presente no dia a dia dos brasileiros, o Gás LP* é uma fonte versátil de energia que impulsiona o crescimento e o bem-estar de todo o País. Confira as vantagens que o Gás LP traz para empresas, indústrias, agronegócios, restaurantes, comércios e, principalmente, a sua casa:

- Presença em 100% dos municípios brasileiros.
- Até 70% mais econômico que o gás natural.**
- Até 25% mais econômico que o chuveiro elétrico.**
- Energia limpa.
- Energia versátil: soluções sob medida.

Confira nossos associados e saiba mais
www.sindigas.org.br
sindigás
Gás LP
energia brasileira

“Gás LP – A energia de todo o Brasil” é o slogan da campanha institucional encomendada pelo Sindigás a fim de promover as oportunidades que se abrem para o aumento da demanda de consumo do produto no mercado nacional.

Assinada pela agência de propaganda Rino.Com, a série publicitária ressalta os atributos e as vantagens competitivas do Gás LP – eficiente, abundante, versátil e limpo – para empresas, comércios, indústrias, agronegócios e, principalmente, residências.

O foco recai sobre dois públicos: formadores de

opinião e engenheiros e construtoras. Voltadas ao primeiro grupo, foram desenvolvidas peças tendo como ícone a imagem do botijão envolto na bandeira do Brasil e a marca “do Oiapoque ao Chuí”, de modo a autenticar a fonte genuinamente verde-amarela, assim como sua capilaridade no território nacional.

Para o segundo, a mensagem fixa a economia do Gás LP frente ao Gás Natural e à energia elétrica no aquecimento de água residencial. O nível de desempenho energético se tornará primordial para que as instalações prediais recebam a classificação de grau



máximo (A) na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), instituída pelo Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica), da Eletrobras, em conjunto com os Ministérios de Minas e Energia e das Cidades. Ainda no segmento da construção, as peças reforçam a possibilidade de armazenamento de grandes quantidades de Gás LP em tanque estacionário e a reposição moderna e segura do abastecimento a granel.

“O Gás LP está presente em 100% dos municípios

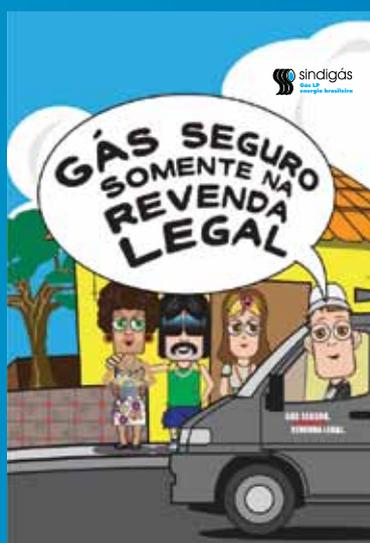
do país, fazendo parte do dia a dia dos brasileiros. O botijão chega a mais de 53 milhões de lares, penetração maior que a da própria televisão aberta”, explica Rino Ferrari Filho, presidente da agência, sobre o conceito da campanha. Os anúncios são veiculados nas revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*; no segmento de construção, nas revistas *Arquitetura e Construção*, *Arquitetura e Urbanismo* e *Construção e Mercado*; e, na internet, nos portais de construção e arquitetura *Arcoweb* e *Pini*.

PUBLICAÇÕES EM DESTAQUE

A principal publicação lançada em 2011 pelo Sindigás, em parceria com a ANP, foi o “Manual de segurança para o posto revendedor de Gás LP – Normas para o armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo”.

Em linguagem corrente e com ilustrações didáticas – gráficos e tabelas simplificados –, o compêndio esquematiza todo o processo necessário à segurança que envolve a operação do Gás LP, contemplando tópicos como referências normativas; condições gerais de armazenagem; veículos transportadores de recipientes; classificação de área perigosa para equipamentos elétricos e sistema de combate a incêndio.

Outras publicações de destaque em 2011 são a cartilha “ANP Comunidade”, que traz o alerta “Gás seguro, somente na revenda legal”, e o folder “Por que escolher o Gás LP?”, relacionando as vantagens do produto em comparação a outras fontes de energia. Todo esse material pode ser visto no site do Sindigás www.sindigas.org.br.





MANUTENÇÃO DE BOTIJÕES: RIGOR NA SEGURANÇA E RESPEITO AMBIENTAL

Decorridos 13 anos de sua criação, o Programa Nacional de Requalificação de Botijões – cujos reiterados investimentos na manutenção das embalagens evidenciam a extrema importância atribuída à segurança do consumidor – mostra o fôlego que o fez suplantar as metas mais otimistas.

Os novos indicadores causam espanto até mesmo nas próprias distribuidoras. O segundo ciclo, entre 2007 e 2011, baterá a estimativa inicial de 41 milhões, prevendo-se a extraordinária faixa de 55 milhões de unidades aferidas nas 24 oficinas certificadas pelo Inmetro em todo o Brasil. Do fim da primeira etapa, de 1997 a 2006, até setembro do ano passado, observa-se um salto surpreendente de 70 milhões para mais de 102 milhões de recipientes requalificados, projeção por muitos julgada inexecutável.

Além disso, 18 milhões de botijões, reprovados nos testes de desempenho, foram retirados de circulação e encaminhados a empresas, sobretudo gran-

des siderúrgicas, que utilizam sucatas na fabricação de alguns produtos. Este envio para reciclagem do aço representa mais uma atitude preventiva para garantir a operação confiável dos recipientes e assegurar a queda nas estatísticas de acidentes envolvendo o uso do combustível – além de imprimir o selo verde à indústria de Gás LP. Ao mesmo tempo, mais de 40

Ao adquirir o direito ao uso de um botijão, o consumidor garante o direito casado da conservação adequada e vitalícia da embalagem, sem ônus adicional

PROGRAMA NACIONAL DE REQUALIFICAÇÃO DE BOTIJÕES

Requalificados no 1º Ciclo (1997 a 2006)

70 milhões

Requalificados no 2º Ciclo (2007 a 2011)

Meta inicial: 41 milhões

Projeção: 55 milhões

Universo atual de botijões de 13 kg de Gás LP (em setembro/2011):

104 milhões

Números acumulados do setor (até setembro/2011):

Mais de 102 milhões de botijões requalificados

Mais de 40 milhões de botijões novos

Mais de 18 milhões de botijões inutilizados



milhões de novas embalagens ingressaram na comercialização do produto.

O Programa se pauta pelo princípio de que, ao adquirir o direito ao uso de um botijão, o consumidor agrega à compra o direito casado à conservação adequada e vitalícia da embalagem, sem qualquer ônus adicional. A grande escala de eficiência alça a manutenção – a custo reduzido – a um dos principais investimentos das empresas. Nesse sentido, é fundamental salientar o papel da ANP na fixação de metas anuais a cada uma delas e no acompanhamento mensal do cumprimento e dos relatórios emitidos pelas oficinas certificadas.

As provas técnicas para revalidação da embalagem são bastante rigorosas, exigindo sua resistência a três vezes o esforço considerado normal. Para efeito de comparação, a pressão de resistência de uma lata de alumínio de refrigerante é de no mínimo 6,25 kgf/cm², enquanto o botijão de 13 kg opera entre 6 kgf/cm² e 8 kgf/cm², sendo que sua ruptura ocorre perto de 100 kgf/cm².

Muitos não acreditavam que as metas originais seriam atingidas

→ O PROCESSO

Define-se como requalificação o processo periódico de avaliação, recuperação e validação de um recipiente transportável de Gás LP, determinando ou não sua continuação em serviço. Todos os botijões, incluindo aqueles aparentemente sem danos, necessitam submeter-se, de forma individual, aos respectivos testes.

A primeira requalificação deve ser efetuada ao se contabilizarem quinze anos de sua fabricação. A partir disso, o prazo de validade para nova vistoria é a cada dez anos. Todo recipiente precisa sofrer reaferição antes do intervalo estabelecido, se não aprovado na seleção visual ou na inspeção antes do enchimento.



“INTERFERÊNCIAS MINAM O REGIME DE LIBERDADE DE PREÇOS”

O economista José Tavares de Araújo Jr. aborda quatro questões centrais sobre o setor de Gás LP e defende a regulação sob a ótica antitruste, com ênfase em três aspectos: a insegurança provocada pelas interferências do Judiciário e do Legislativo no mercado, os prejuízos para a concorrência e as distorções competitivas.

→ LIBERAÇÃO DO PREÇO

Ao longo de 50 anos, o governo tentou controlar os custos atrelados à distribuição do Gás LP. Em 2002, o quadro se torna radicalmente distinto em três pontos: a ausência de controle de preço, a intervenção mínima da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na regulação e revenda e a transparência após a criação do órgão. A ANP divulga uma tabela com a composição de preço do energético, sua flutuação em 555 municípios e a fatia de mercado das distribuidoras por estado. Entre 2003 e 2011, houve uma queda do preço real do produto de 15%, o que comprova a importância da concorrência e do papel da Agência.

→ FORMAÇÃO DE CARTEL

Cartéis são inviáveis em mercados como o de Gás LP, com alto nível de atomicidade (muitos compradores e vendedores) e de transparência (a ANP monitora e divulga semanalmente o preço do produto em 555 cidades do país). Qualquer alinhamento de preços será rapidamente percebido pela Agência e coibido. A combinação de preços só é sustentável quando o número de firmas é pequeno, e as barreiras à entrada no mercado são elevadas. Nenhuma dessas condições se aplica ao complexo sistema de Distribuição e Revenda de Gás LP.

→ IMPACTO DAS INTERVENÇÕES

As interferências do Judiciário e as leis estaduais e federais que ignoram normas da ANP minam o regime

de liberdade de preço – que segue as leis de concorrência e determinações das agências reguladoras – gerando ruído no mercado. No âmbito do Judiciário, são exemplos de danos causados à ordem econômica a violação do princípio constitucional da livre contratação, a distorção de condições de concorrência e a legitimação de condutas oportunistas. Já no Congresso Nacional, estão em andamento projetos de lei que pretendem instituir regras absurdas, como o PL 0602, que autoriza a recarga de botijões em postos revendedores, e o PL 0467/11, que prevê o desconto no preço do botijão equivalente à sobra de gás na embalagem, aferida após a pesagem. São tentativas equivocadas de beneficiar o consumidor, comprometendo a eficiência, o ganho de escala e a segurança das operações do setor.

→ POSTOS MULTIBANDEIRAS

É do interesse das distribuidoras dispor de uma rede de revendedores exclusivos. Em uma visão equivocada, a ANP criou a figura do multibandeira, que não presta contas a ninguém, em desrespeito ao direito de propriedade das distribuidoras. O multibandeira acaba trabalhando perto da clandestinidade. Sob a ótica do processo de competição, o desrespeito às marcas é uma irregularidade tão séria quanto o comércio informal. Romper com isso é fácil: basta o revendedor apresentar a documentação de que a distribuidora está ciente da parceria entre os dois. Mas há uma resistência na ANP a eliminar essa figura.



UM MODELO PARA O MUNDO

O Gás LP vem ultrapassando as já extensas fronteiras configuradas pelos 5.500 municípios brasileiros, onde se constitui fonte de energia limpa e confiável para mais de 53 milhões de lares. O Brasil é o sexto maior mercado do mundo no âmbito domiciliar. Sustentado por uma logística afinada, regulações bem definidas e programas de qualidade e fiscalização, o setor se revela como um modelo a ser seguido por outras economias igualmente pujantes.

Esta referência ficou patente no 24º Fórum Mundial de Gás LP, em setembro de 2011, em Doha, capital do Qatar. Tal notabilidade foi conferida pela Nigéria, que, mesmo sendo a principal nação produtora de petróleo da África, registra apenas 5% de participação de Gás LP, um de seus derivados, no consumo energético residencial. O país enfrenta o desafio de ampliar esse modesto índice, frente às gigantescas possibilidades de expansão do produto nos domicílios, reduzindo-se, em especial, o uso de lenha e querosene, que alcançam, respectivamente, 56% e 27%.

Assim como o Brasil, a Nigéria experimenta taxas de crescimento alentadoras nos últimos anos, acima dos 5%, e busca, assim, diversificar sua matriz energética para responder à demanda de investimentos alavancada pelo petróleo. Neste sentido, nosso mercado doméstico de Gás LP assume a dimensão de excelência, a conduzir os passos da república africana rumo à disseminação do combustível em suas

O Brasil é o sexto maior mercado do mundo no âmbito domiciliar, um modelo a ser seguido por outras economias

casas, em busca de uma melhoria na qualidade de vida e na saúde do povo.

Isso se deve – na avaliação do conselheiro da World LP Gas Association (Associação Mundial de Gás LP) e diretor de Engenharia e Tecnologia da Nigerian National Petroleum Corporation, Adebayo Ibirogbá –, à eficiência na cobertura de um território de proporções continentais e ao fato de o Gás LP ser consumido por quase a totalidade da população. Durante sua palestra em Doha, ele mencionou unicamente o Brasil como padrão de eficácia a espelhar-se na íntegra: o Gás LP encurta distâncias em um país de contrastes e que tem pressa em buscar soluções criativas e sustentáveis ao seu crescimento – a exemplo de nossa irmã africana.

Com efeito, o reconhecimento a essa excepcional capilaridade é motivo de grande orgulho e nos encoraja na tarefa de amplificar, ainda mais, o alcance do produto às classes menos favorecidas – em substituição ao prejudicial consumo de lenha –, aumentando sua parcela na matriz energética nacional.

MATRIZ ENERGÉTICA RESIDENCIAL NIGERIANA

Lenha	56%
Querosene	27%
Carvão	6%
Gás LP	5%
Energia elétrica	4%
Serragem	2%

X MATRIZ ENERGÉTICA RESIDENCIAL BRASILEIRA

Lenha	30,7%
Carvão	2,2%
Energia Elétrica	39,4%
Gás LP	26,6%
Gás Natural	1,1%



BALANÇO 2011

Publicação da Gerência de Marketing do Sindigás
Produção: Insight Engenharia de Comunicação



EMPRESAS ASSOCIADAS

